

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE**  
**LÍNGUA PORTUGUESA**

**WILLISAN COELHO MURIA**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA ARGUMENTAÇÃO DE**  
**PARLAMENTARES-MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE**  
**GÊNERO**

**BAGÉ-RS**  
**2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE**  
**LÍNGUA PORTUGUESA**

**WILLISAN COELHO MURIA**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA ARGUMENTAÇÃO DE**  
**PARLAMENTARES-MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE**  
**GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Orientador(a): Carolina Fernandes

**BAGÉ-RS**  
**2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M977a Muria, Willisan Coelho

Uma análise discursiva da argumentação de parlamentares-  
mulheres contra a violência política de gênero / Willisan  
Coelho Muria.

53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA  
PORTUGUESA, 2024.

"Orientação: Carolina Fernandes".

1. Análise de Discurso. 2. Ideologia. 3. Violência  
Política. 4. Gênero. 5. Discurso de Resistência. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal do Pampa

**WILLISAN COELHO MURIA**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA ARGUMENTAÇÃO DE PARLAMENTARES-MULHERES  
CONTRA A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 12 de julho de 2024.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Carolina Fernandes  
Orientadora  
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas  
(UFRGS)

Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira Teixeira

(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **CAROLINA FERNANDES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/07/2024, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Luciana Iost Vinhas, Usuário Externo**, em 15/07/2024, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ISABEL CRISTINA FERREIRA TEIXEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/07/2024, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1490646** e o código CRC **A36BDFCF**.

Referência: Processo nº 23100.011945/2024-18 SEI nº 1490646

### **Em memória**

Dedico este trabalho à memória de Eneidy Tadeu Coelho, minha amada avó, a maior incentivadora de todos os meus objetivos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Iara Maria Tadeu Coelho. Mulher, forte, guerreira, que sempre exerceu tanto o papel de mãe quanto o de pai. Aquela que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis, que nunca me deixou desistir e sempre acreditou no meu potencial, que sempre me lembrou que não estou sozinho e que independente do que venha acontecer, ela estará ao meu lado. Nunca mediu esforços para que os meus sonhos se tornassem realidade e sempre me disse que os meus sonhos, também eram os dela. A minha maior fonte de inspiração. O meu maior amor.

Agradeço também às minhas irmãs Lizandra Coelho Cassão e Lidiane Coelho Cassão, que sempre me incentivaram e para além disso, sempre estiveram ao meu lado, orgulhosas de cada conquista, por menor que ela fosse. Agradeço por serem tão compreensivas com minhas ausências e por acreditarem mais em mim do que eu mesmo. Vocês são meus exemplos de coragem, força e determinação.

Agradeço à minha professora e orientadora, Carolina Fernandes. Uma das pessoas mais admiráveis que tive o prazer de conhecer durante os meus anos de graduação. A pessoa mais organizada e compromissada, mas também acolhedora e que me deu a honra de me orientar, não somente neste trabalho, mas também na vida. Nutro uma enorme admiração pela profissional e pelo ser humano incrível que demonstrou ser durante esse período de convívio.

Agradeço ao meu namorado Jackson Leal por todo o apoio que me deu durante esse período, agradeço por ser compreensivo e entender os momentos, os quais eu não podia estar ao seu lado, pois precisava me dedicar à graduação. Agradeço por suas palavras de força e alento nos momentos em que me sentia fraco e sem perspectiva. Seu apoio e sua compreensão foram essenciais para que eu concluísse essa etapa. Sei o quanto você acredita no meu potencial e o quanto está orgulhoso desse momento.

Agradeço à todos que de alguma forma se fizeram presentes durante esse processo. Destaco meu agradecimento às minhas amigas e colegas de Universidade Patricia e Giovana, que foram as pessoas que mais estiveram comigo durante a graduação. Meu agradecimento se estende à todos os colegas e professores que tive o prazer de conhecer e admirar ao longo

dessa jornada tão importante. Sempre levarei cada um de vocês na minha lembrança, meu muito obrigado de coração à todos.

Eu não estou mais aceitando as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que eu não posso aceitar.

Angela Davis

## RESUMO

O presente trabalho, amparado pela perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD) de vertente materialista, tem como objetivo compreender o funcionamento da argumentação nos discursos de resistência do sujeito-parlamentar-mulher em reação à violência política de gênero, a qual é sofrida no parlamento em debate político. Para tanto, elegemos como objeto de análise vídeos do ano de 2023 que mostram parlamentares-mulheres em discussões na câmara dos deputados. Para que isso fosse possível, algumas noções como a constituição do sujeito, a ideologia, o discurso de resistência se fizeram necessárias. Também foi abordado nesta pesquisa questões como o silenciamento, assim como as posições-sujeito e as definições de corpo e gênero. A fim de compreender como são formulados os discursos desse sujeito discursivo que assume uma retórica de resistência diante da retórica da opressão de acordo com a terminologia de Orlandi (2007), observamos quais são as estratégias utilizadas na composição dos seus discursos no debate político, levando em consideração as condições de produção desses discursos, bem como os efeitos de sentido por eles produzidos. A partir das análises, compreendemos que, existe por parte da formação discursiva opressora uma grande tentativa e um objetivo claro de calar as parlamentares-mulheres, de calar os sentidos produzidos pelos seus discursos de resistência. Durante as análises, observamos também que, durante a formulação dos seus discursos, as parlamentares, tentam revidar o discurso autoritário e opressor se valendo de uma linguagem própria do parlamento e utilizando termos próprios do jargão parlamentar, porém são repreendidas, hostilizadas, silenciadas e ofendidas e, acabam, muitas vezes, precisando utilizar de estratégias semelhantes às do discurso autoritário para que, assim, sejam ouvidas. Portanto, concluímos que o discurso de resistência do sujeito-parlamentar-mulher não segue um padrão, pois nem sempre serão discursos compostos por argumentos bem fundamentados, utilizando somente como base o regimento da casa parlamentar, mas também podem ser compostos por gritos, xingamentos, ironias e ofensas.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Ideologia. Violência Política. Gênero. Discurso de Resistência.

## ABSTRACT

The present work, supported by the theoretical-methodological perspective of materialist Discourse Analysis (DA), aims to understand how argumentation works in the discourse of resistance of the subject-parliamentarian-woman in reaction to political gender violence, which is suffered in parliament during political debate. To this end, we chose as our object of analysis videos from the year 2023 showing female parliamentarians in discussions in the Chamber of Deputies. For this to be possible, some notions such as the constitution of the subject, ideology and the discourse of resistance were necessary. This research also addressed issues such as silencing, as well as subject positions and definitions of the body and gender. In order to understand how the discourses of this discursive subject, who assumes a rhetoric of resistance in the face of the rhetoric of oppression according to Orlandi's (2007) terminology, are formulated, we observed what strategies are used in the composition of their discourses in the political debate, taking into account the conditions of production of these discourses, as well as the effects of meaning produced by them. From the analysis, we understand that the oppressive discursive formation has a strong attempt and a clear objective to silence the women parliamentarians, to silence the meanings produced by their speeches of resistance. During the analysis, we also observed that during the formulation of their speeches, the parliamentarians try to fight back against the authoritarian and oppressive discourse by using the language of parliament and parliamentary jargon, but they are reprimanded, harassed, silenced and offended, and often end up having to use strategies similar to those of the authoritarian discourse in order to be heard. Therefore, we conclude that the subject-parliamentarian-woman's discourse of resistance does not follow a pattern, as they are not always discourses composed of well-founded arguments, using only the parliamentary house rules as a basis, but can also be composed of shouting, cursing, irony and offense.

Keywords: Discourse Analysis. Ideology. Political Violence. Gender. Discourse of Resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vídeo 1: Sâmia Bomfim tem microfone cortado na CPI do MST	37
Figura 2 – Vídeo 2: Fernanda Melchionna é interrompida por Éder Mauro	40
Figura 3 – Vídeo 3: Sâmia Bomfim sofre gordofobia na CPI do MST e reage	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AD - Análise de Discurso

FD - Formação Discursiva

PGR - Procuradoria-geral da República

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PL - Partido Liberal

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>18</b>
2.1 Sujeito, discurso, ideologia e resistência.....	18
2.2 Argumentação e posição-sujeito.....	22
2.3 Silêncio, silenciamento e violência política de gênero.....	25
2.4 Corpo e gênero.....	31
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>34</b>
<b>4. AS ANÁLISES.....</b>	<b>36</b>
4.1 O silenciamento e as interrupções como um efeito da violência política de gênero.....	36
4.2 Efeitos do discurso de opressão sobre o corpo da mulher-parlamentar e suas formas de resistência.....	44
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>51</b>
6.1 Referências dos vídeos.....	52

## 1. INTRODUÇÃO

A participação das mulheres na política, ou seja, a presença feminina em espaços e cargos de poder dentro do legislativo e do parlamento está imensamente distante de ser ampla. Embora nos últimos anos tenhamos obtido avanços neste aspecto, com a eleição de parlamentares comprometidas, fortes e combativas, as quais possuem muito empenho na representação daqueles que confiaram a elas os seus votos, nossa sociedade ainda não conseguiu alcançar uma vasta representatividade feminina na política, os homens ainda continuam tomando as decisões, já que a maior parte dos cargos de poder são ocupados por eles, e o Brasil ocupa a lista dos parlamentos federais com menor participação feminina.

O ingresso das mulheres na vida pública, mais especificamente no meio da política, possui diversas dificuldades que as impossibilitam, ou pelo menos, tornam extremamente difícil que elas consigam êxito na caminhada política, mesmo que consigam chegar a estes espaços de poder, dificilmente têm voz ativa ou recebem a escuta devida. O que faz com que as mulheres fiquem de certo modo afastadas das decisões e da elaboração de políticas públicas que as beneficiem.

A violência política de gênero é um desses fatores que barram o discurso das mulheres nesses espaços, tendo em vista que as mulheres que conquistam espaços de poder e persistem em permanecer na esfera política, sofrem diversas violências e incontáveis ataques, esses ataques são majoritariamente direcionados a sua vida particular ou a seus corpos. Todas essas investidas têm o propósito de desacreditar essas mulheres, tentando mostrar para a população que política não é lugar para mulher, ou seja, que o lugar de tomada de decisões deveria continuar sempre sendo ocupado pelos homens, porém, há mulheres que adentraram na política e, com discursos potentes, bem construídos e de resistência, continuam persistindo para permanecerem neste lugar.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar e compreender o funcionamento da argumentação na construção do discurso do sujeito-mulher-parlamentar em reação à violência política de gênero dentro do parlamento, assim como analisar a posição-sujeito que essas mulheres assumem. Sendo elas, deputadas federais, eleitas por uma democracia representativa que elegeu, de um total de 422 homens e 91 mulheres, para a Câmara Federal. E, para o desenvolvimento deste trabalho, utilizaremos como suporte teórico a Análise do Discurso de vertente materialista que, segundo Orlandi (2002), considera a linguagem como mediação

necessária entre o homem e a realidade natural e social, ou seja, a língua não é vista como sistema autônomo, mas sim como forma material do discurso.

Analisamos, então, as falas de parlamentares mulheres na condição de sujeito discursivo, considerando as condições de produção dos sentidos. Assim buscamos analisar suas reações discursivas perante práticas discursivas como: injúrias, ofensas, machismo, gordofobia e o silenciamento. Analisamos o funcionamento argumentativo do discurso de resistência do sujeito-parlamentar-mulher e observamos a constituição desse sujeito que reage à violência política de gênero, levando em consideração a posição-sujeito em específico que assume no debate político de gênero.

De acordo com Orlandi (1998), o sujeito é um lugar de significação historicamente deputadas construído, o que equivale a uma posição, portanto essa posição ou esse lugar, seria aquele representado no discurso. Adotando essa perspectiva, observamos qual a posição-sujeito as parlamentares ocupam nos processos discursivos.

Dentro dos processos discursivos, existe uma relação entre a posição dos sujeitos e a argumentação. A argumentação será algo fundamental para o processo de análise realizado neste trabalho. Considerando os pressupostos de Orlandi (1998), podemos afirmar que os argumentos são frutos dos discursos já estabelecidos historicamente, ou seja, aqueles que já se constituem no imaginário de uma parcela da sociedade, que se identifica e os reproduz e, a partir destes, podem ser produzidos novos discursos, que é o caso do discurso de resistência sobre o qual nos debruçamos nas análises.

Diante do que foi aqui apresentado, afirmamos portanto que o dispositivo teórico-analítico foi construído a partir dos conceitos de: sujeito, discurso, ideologia, formação discursiva e resistência; Argumentação e posição-sujeito; Silenciamento e as formas do silêncio; Corpo e gênero. Além disso, realizamos a coleta de materiais nas redes sociais, que trazem discursos proferidos por algumas parlamentares em diferentes ocasiões e circunstâncias. Então, analisamos o funcionamento argumentativo do discurso de resistência do sujeito-parlamentar-mulher em reação à violência política de gênero, através de dois recortes denominados: Recorte 1: O silenciamento e as interrupções como um efeito da violência política de gênero: onde foram analisadas falas das deputadas Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna no parlamento em que sofrem interrupções e ataques por parte de seus colegas. Recorte 2: Efeitos do discurso de opressão sobre o corpo da mulher-parlamentar e suas formas de resistência: onde foi analisada a fala da deputada Sâmia Bomfim em debate parlamentar em que sofre gordofobia, agressão verbal e injúrias;

Portanto este trabalho e a escolha de seu *corpus* de análise se justificam pela importância do discurso de resistência dessas parlamentares-mulheres e pela necessidade dessa representação dentro da câmara dos deputados, afinal as ofensas, os ataques de ódio, não são apenas proferidos contra essas mulheres que estão na posição de deputadas, mas também cotidianamente a todo sujeito ao qual é atribuído o imaginário social de mulher, cuja ideologia produz o efeito de inferioridade e as desqualifica quando assumem cargos de liderança como sendo incapazes. Então analisar o que é defendido por essas parlamentares-mulheres perante à violência política de gênero é extremamente necessário, pois essa violência representa a dominância de um imaginário social que coloca a mulher em uma posição de submissão ao poder patriarcal.

A escolha das duas deputadas federais mencionadas anteriormente se dá pela relevância que suas atuações políticas tiveram no ano de 2023, já que obtiveram significativo destaque na mídia e nas redes sociais, além de serem premiadas como as melhores deputadas do congresso. Primeiramente, a deputada Sâmia Bomfim, por conta de suas falas e da sua atuação parlamentar, foi eleita a melhor deputada federal do Brasil, recebendo o Prêmio Congresso em Foco. A Deputada Federal Fernanda Melchionna também se destacou por conta das ações de seu mandato no último ano e por sua forma combativa de enfrentar as situações, a parlamentar foi eleita pelo Prêmio Congresso em Foco como a melhor Deputada da Região Sul e também como a quarta melhor deputada do Brasil. Então, a partir destes feitos e da relevância comprovada das parlamentares e de seus discursos, justifica-se a escolha das falas dessas parlamentares para tratarmos do discurso de resistência.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Este trabalho está amparado pelo dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso (AD), de vertente materialista, a qual não trata da gramática, mas sim do discurso. Como afirma Orlandi (2007a) na Análise de Discurso o objetivo é compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, a autora também afirma que a AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Portanto, estes conceitos serão levados em consideração na construção da fundamentação teórica que irá servir de base para esta pesquisa.

### **2.1 Sujeito, discurso, ideologia e resistência**

No uso cotidiano da palavra, dizemos “sujeito” para fazer referência a um indivíduo em específico. No entanto aqui trataremos a palavra “sujeito” com outro sentido, pois para a AD sujeito é uma categoria teórica, ainda mais, a categoria sujeito é um dos pilares nos estudos discursivos de vertente materialista. Portanto, o que abordamos aqui é o sujeito discursivo e qual a sua relação com o discurso produzido e com a ideologia.

Assim sendo, o sujeito discursivo é constituído pelo esquecimento, este acredita que ele mesmo é o dono do seu dizer, a fonte de onde se fomenta o sentido daquilo que ele está enunciando. No entanto para a AD, o sujeito é interpelado pela ideologia e ela faz parte da constituição do sujeito e dos sentidos produzidos em suas práticas discursivas, afinal o sujeito é um ser ideológico tendo em vista que ele irá posicionar o seu discurso em relação ao discurso dos outros, de acordo com o lugar ou a posição na qual ele está inserido historicamente e socialmente.

Tendo em vista os pressupostos de Michel Pêcheux ([1975] 2009), nos quais o autor desenvolveu uma teoria não-subjetiva sobre o sujeito dentro da Análise do Discurso, buscando construir uma teoria que eliminasse o conceito de sujeito que dá origem ao sentido. Ele cria então espaço a um sujeito que assim como a linguagem, ele produz sentido, porém ele não é a origem desse sentido produzido, mas é atravessado por diversos discursos, ele está também submerso a formações ideológicas, o que faz com que esse sujeito não tenha absoluto controle em relação ao que formula ou enuncia.

O que queremos dizer é que a produção do sujeito se dá a partir da interpelação, nos estudos atuais da AD, a noção de sujeito é pensada sempre evidenciando a sua relação com a

ideologia e com o inconsciente o que o faz um sujeito constitutivamente heterogêneo, ou seja, aquele que se insere no nível da constituição do discurso a partir do trabalho com a linguagem, sobre aquilo que já foi dito.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queira dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (Pêcheux, [1975] 2009, p. 146).

No trecho acima, o que nos fica evidente é a relação da ideologia com a constituição do sujeito e qual a percepção da AD sobre essa participação. De acordo com Orlandi (2007a, p. 45), o fato de que não existe sentido sem interpretação é o fator que comprova a presença da ideologia. O homem é levado a interpretar toda e qualquer produção linguística, portanto não existe o sentido sem interpretação. Neste trabalho focaremos também nos efeitos de sentido produzidos pelas falas das parlamentares, observando a posição historicamente e socialmente marcada por elas, para isso é necessário interpretarmos o que essas mulheres representam dentro da sociedade e a importância da posição que assumem. Como afirma Orlandi:

Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá (Orlandi, 2007b, p. 45-46).

Portanto, o que estamos ressaltando aqui é o sujeito no discurso que segundo Pêcheux ([1975] 2009) é um sujeito ideológico, então quando falamos em discurso, estamos falando na perspectiva da AD, que de acordo com Orlandi (2007a) “o discurso é palavra em movimento, prática de linguagem: com o discurso observa-se o homem falando”. Desse modo, o que interessa para a AD não é a língua como um sistema abstrato, mas sim a língua no mundo, a língua fazendo e produzindo sentido a partir do dizer do homem.

Em vista disso, o que não podemos fazer é confundir discurso com fala, quando falamos em discurso a primeira coisa que nos remete é o sentido que estamos tratando da maneira como alguém fala, porém para a AD, o discurso não possui a mesma noção de fala. Orlandi (2007a, p. 22) afirma que:

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc.

Assim sendo, para a AD, a noção de discurso não considera que seja apenas transmissão de informações e não considera que a disposição dos elementos da comunicação seja feito de modo linear. Ainda, sobre isso Orlandi (2007a, p. 21) diz o seguinte:

Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação.

Então, vemos que a constituição do discurso leva em conta mais coisas do que uma noção que parte de um esquema elementar, que tem como objetivo definir o que é mensagem. Para a AD, o discurso faz parte do funcionamento da linguagem e relaciona sujeitos e sentidos que são afetados pela língua. Os efeitos de sentido são múltiplos, então não podemos considerar um esquema elementar como ideia de comunicação.

Dessa forma, consideramos que todas essas coisas contribuem para a constituição do discurso e para o seu processo de significação. Sendo assim, é importante falar também do conceito de formação discursiva, que basicamente afirmará que o sentido não existe por si, mas será definido de acordo com as posições ideológicas assumidas dentro do contexto sócio-histórico em que são produzidas. Assim, entendemos que:

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito (Orlandi, 2007a, p. 43).

Isto posto, compreendemos então que o discurso é constituído em seus sentidos a partir da formação discursiva da qual o que foi dito pelo sujeito faz parte, portanto o sentido será aquele, pois aquilo que foi dito está inserido nesta formação discursiva e não em outra. Ou seja: “o sentido, para a AD, não está já fixado a priori como estética das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica. Ainda um entremeio”(Orlandi, 2007a, p. 27).

O que significa que as palavras não possuem sentido sozinhas, os seus sentidos derivam de formações discursivas, que, dentro do discurso, representam formações ideológicas, ou seja,

Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele (Orlandi, 2007a, p. 43).

Portanto, o que estamos dizendo é que toda palavra e tudo aquilo que for proferido, faz parte de um discurso e todo o discurso é formado ou constituído a partir de sua relação

com outros discursos ou outros dizeres, levando sempre em conta na sua formação a articulação da linguagem com a ideologia.

Podemos afirmar, então, que a ideologia é a condição de existência do discurso, seja ele qual for, pois como já foi afirmado aqui, o sujeito é sempre constituído pela ideologia, ou seja, evidentemente ele irá materializar essa ideologia através da linguagem e do discurso. Sendo assim:

[...] não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. A ideologia, por sua vez, é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e o mundo (Orlandi, 2007a, p. 31).

Dessa maneira, o que percebemos é que, de acordo com o que se pensa na AD, a relação com a linguagem nunca será neutra, ela poderá articular-se em frente ao simbólico e o político, podemos perceber também a relação do sujeito com a linguagem e a articulação dos efeitos de sentido produzidos. Conforme diz Oliveira (2014) : “O político na Análise de Discurso diz respeito às divisões interdiscursivas, isto é, àquelas que concernem às relações entre o dizer e sua constituição ideológica, pela inscrição na memória interdiscursiva”.

Posto isso, a AD visa analisar como o político se manifesta na linguagem, tendo em vista que a significação se constitui no interdiscurso. Para Orlandi (2023, p. 41): “ as regiões desse conjunto irrepresentável, que é o interdiscurso, manifestam essa divisão de sentidos que se estruturam na maneira como o interdiscurso articula o simbólico e o ideológico”. Isto é, o político na AD é pensado como divisão de sentidos e de sujeitos, assim como o modo de entrelaçar a significação e a ideologia.

Ao entrarmos no terreno do político, entramos também na constituição do discurso político e, tendo em vista que esse trabalho busca analisar o discurso e a argumentação de mulheres parlamentares diante de injúrias e ofensas sofridas, não poderíamos deixar de lado esse aspecto da linguagem. Como sabemos, as ofensas quase sempre constituíram o discurso político, porém o nosso foco é analisar o discurso que vai partir como contraponto a esse, que podemos denominar como discurso de resistência, o qual parte de uma retórica combativa de oposição ao discurso dominante (Orlandi, 2023).

Dentro do discurso político, teremos uma relação de força, um embate entre ideias, posicionamento e ideologia. O discurso autoritário, utiliza dentro do discurso político, ofensas e injúrias. Em termos discursivos, para Orlandi (2007a) o discurso político se constitui nessas relações de força entre sujeitos e sentidos relativamente ao que podem dizer e fazer dadas as condições históricas da formação social.

Desse modo, esses sujeitos que sofrem essas injúrias e ofensas são interpelados pelo discurso de ódio que os silencia e objetifica, mas constroem argumentos para um discurso de resistência. De acordo com Fernandes (2021, p. 147) “E ao resistir, o sujeito marca na linguagem sua contradição e seus dilemas resultantes da revolta instalada por certas desidentificações”. Podemos afirmar, então, que a resistência se apresenta na linguagem, quando rompe com um sentido e produz outro. Então, o que tratamos por discurso de resistência, na perspectiva da AD, são os discursos produzidos de forma a criar um contraponto ao discurso dominante. Para tanto, Orlandi (2023, p. 99) afirma:

Por sua parte, os sujeitos individuados a partir de diferentes grupos/categorias/etiquetas sociais produzem seus discursos de *resistência* em relação à retórica dominante. Daí a tensão com o discurso consensual em sua dominância, a resistência, o confronto, a incompreensão, a guerra de sentidos.

Nessa perspectiva, o que podemos afirmar é que o discurso de resistência tem como objetivo confrontar a dominância, rompendo com a formação discursiva dominante. Com isso Pêcheux ([1982]2009) afirma que não se pode pensar em dominação sem resistência. Isto é, elas dependem uma da outra para a sua constituição, pois sempre existe uma possibilidade de ruptura na repetição, ou seja, uma guerra entre os sentidos produzidos em uma e outra formação discursiva. Para Fernandes (2021, p. 147) a resistência não é somente um adendo no processo discursivo, sendo assim ela faz parte da constituição de uma formação discursiva e dos discursos que advém dela.

De acordo com Pêcheux (1990, p. 17), a resistência e a revolta se constituem sob a dominação ideológica. Sendo assim, existe uma disputa de sentidos, pois, mesmo que os sujeitos sejam diretamente afetados pela formação discursiva dominante, isso não é o suficiente para calá-los, é a partir disso que surge a voz da resistência, que tem como objetivo não ceder à dominância e à opressão, mas sim produzir novos sentidos e romper com aqueles que compõem o discurso dominante.

## **2.2 Argumentação e posição-sujeito**

Podemos afirmar que a argumentação é um elemento que sempre estará presente na linguagem, é fato que ela poderá assumir um funcionamento diferente dentro das práticas discursivas, porém sempre irá possuir o seu lugar no discurso. A argumentação pode ser considerada constitutiva, mas também pode ser considerada como um instrumento, isto é:

Podem-se assim observar desde posições que a consideram como constitutiva, incontornável, o dizer sendo ele próprio já e sempre argumentação, até posições menos específicas, em que a argumentação é considerada apenas ornamento do

dizer, tendo então um lugar mais periférico, secundário, por assim dizer. Mas em nenhum caso, nega-se o fato de que a argumentação tem seu lugar na linguagem (Orlandi, 1998, p. 73).

Portanto, o que ressaltamos aqui é a argumentação em uma perspectiva materialista, ou seja, a forma como o dizer é direcionado. De acordo com Zoppi-Fontana (2018): "isso acontece, a partir da inscrição dos discursos nos conflitos ideológicos que constituem uma sociedade". Isto é, a língua é colocada em funcionamento e produz a argumentação, para que seja possível sustentar uma posição relacionada a uma determinada ideologia. Orlandi (2023, p. 46) caracteriza os argumentos como formulações que fazem funcionar ideologicamente um confronto de sentidos.

Os sujeitos se colocam em posições ideológicas diferentes e a produção da argumentação levará em consideração essas posições, pois existem contradições ideológicas na sociedade e a construção de argumentos, é necessária justamente para que seja possível defender ou sustentar a sua posição ideológica. Sobre isso Zoppi-Fontana (2018, p. 136) afirma:

É no acontecimento da enunciação que a argumentação é produzida e pode ser observada, a partir da inscrição do sujeito em posições discursivas ideologicamente marcadas e em condições de produção historicamente determinadas.

Desse modo, percebemos que a argumentação faz parte dos processos discursivos, os quais se constituem a partir de posições marcadas pelos sujeitos, porém as posições as quais nos referimos não são aqueles lugares sociais ou empíricos os quais os sujeitos ocupam, mas sim o lugar inscrito no discurso. É evidente que não podemos deixar de lado o lugar social que o sujeito enunciator ocupa, mas sabemos que o lugar que o sujeito ocupa na sociedade irá afetar no seu discurso, assim a noção de posição-sujeito se refere ao lugar que representa o sujeito no discurso. Neste sentido:

O que chamamos "opinião" é, pois, tomada de posição do sujeito face à constituição dos sentidos, sua formulação e circulação, em determinada direção político-ideológica; em uma palavra argumentativa. Na argumentação, o sujeito procura sustentar sua posição sujeito inscrita em uma formação discursiva. O confronto e a disputa de sentidos se dá entre diferentes posições-sujeito que se identificam com diferentes formações discursivas (Orlandi, 2023, p. 100).

As posições que o sujeito pode ocupar em um discurso vão ser denominadas pelas formações discursivas com as quais ele se identifica. Michel Pêcheux ([1975] 2009) define a posição-sujeito como a relação de identificação que ocorre entre o sujeito que está enunciando e o sujeito do saber, que é portanto a Forma-Sujeito, ou seja, a forma do sujeito universal

reguladora dos sentidos dentro de uma Formação Discursiva específica, isto é, o conjunto de conhecimentos institucionalizados em uma FD.

Assim, o sujeito fala sempre de um lugar, contudo sempre de acordo com aquilo que está estabelecido em uma determinada Formação Discursiva (FD). Ou seja, o sujeito é determinado pela Formação Discursiva, o que significa que o que ele diz é definido pela FD. Entretanto, mesmo com essas determinações das Formações Discursivas, é possível que o sujeito assuma diferentes posições dentro do discurso.

Dessa maneira, o sujeito não é livre, pois ele sofre determinações da história e da ideologia que compõem uma determinada Formação Discursiva (FD), mas também não é completamente alienado, é isso que permite que ele assuma diferentes posições dentro de um lugar discursivo. O que faz com que o sujeito possa, em certas circunstâncias, aderir a um discurso e, em outras, a outros discursos, é um processo feito sem que o sujeito tenha plena consciência. Em todos esses processos discursivos e com todos os seus movimentos, estará em funcionamento a argumentação, a qual não irá modificar a posição dos sujeitos, pelo contrário, a argumentação deriva dessas posições.

Então, a argumentação é observada de acordo com a constituição das posições que o sujeito ocupa durante a sua enunciação. Conforme explica Orlandi (1998, p. 78):

Se a argumentação é conduzida pelas intenções do sujeito, este tem no entanto sua posição já constituída e produz seus argumentos sob o efeito da sua ilusão subjetiva afetada pela vontade da verdade, pelas evidências do sentido. Os próprios argumentos são produtos dos discursos videntes, historicamente determinados. Eles também derivam das relações entre discursos e têm um papel importante nas projeções imaginárias do nível da formulação, das antecipações.

Portanto, os argumentos são frutos dos discursos já estabelecidos historicamente, ou seja, aqueles que já se constituem no imaginário ou na memória de uma parcela da sociedade, que se identifica e os reproduz e, a partir destes, se originam outros argumentos para que possam sustentar as posições já instituídas.

Contudo, o que analisamos aqui é essa estreita relação entre a argumentação e as posições-sujeito, pois é justamente no ato de argumentar e constituir o seu discurso que o sujeito busca sustentar a sua posição. Conforme afirma Orlandi (2023, p. 100): “os confrontos entre posições sujeitos, não se trata de “convencer” porque isso não é possível, dadas as distâncias significativas, produzidas pela ideologia, presentes no discurso, entre diferentes formações discursivas”. Ou seja, a argumentação é constituída também a partir das

discordâncias ideológicas presentes na sociedade, pois é a partir disso que o sujeito vai defender a sua posição.

No entanto, ainda dentro do contexto da argumentação, entramos no terreno da argumentação própria do discurso digital, que é aquela que utiliza de recursos tecnológicos para constituir os argumentos dentro de uma prática discursiva em ambiente virtual. De acordo com Zoppi-Fontana (2018), esse tipo de argumentação utiliza de forma original a junção de formas linguísticas e imagéticas, em textos publicados nas redes sociais como memes e *selfies*.

O massivo uso das redes sociais, atualmente, faz com que algumas falas sejam recortadas e replicadas, produzindo efeitos de sentido diversos, ou seja, os sentidos mudam conforme as condições de sua formulação e circulação, então uma argumentação originalmente produzida em um contexto pode produzir sentido diverso ao ser reproduzida em outras plataformas que não a de sua produção inicial. Este é o caso do discurso do sujeito-parlamentar que circula pelas redes sociais de forma “recortada” em vídeos curtos ou no formato de *memes* que é o caso do segundo vídeo analisado neste trabalho.

### **2.3 Silêncio, silenciamento e violência política de gênero**

Neste capítulo, abordaremos sobre silêncio e sobre os tipos de silenciamento, bem como traçaremos uma relação com a violência política de gênero, primeiro trataremos do silêncio como fonte de significação, mas também diferenciamos o silêncio fundador da política do silêncio. Para que seja possível compreender a concepção de silêncio na AD, faremos um percurso sobre como se constitui o silêncio, os tipos de silenciamento e na sequência analisaremos o funcionamento político do silêncio, no qual observamos funcionar a censura e o silenciamento.

De acordo com Orlandi (2007c), o silêncio significa em si mesmo e rege os processos de significação. Ainda para a autora, o silêncio fundador é o princípio de toda a significação e é a própria condição da produção de sentido. O nosso intuito é destacar que o silêncio não corresponde a uma ausência de sentido, pois ele representa o inverso, ele indica uma instância significativa. Portanto, o silêncio do qual falamos aqui não é a falta de sons ou de palavras, mas sim o silêncio como inferência de sentido. Conforme afirma Orlandi (2007c, p. 68):

Evidentemente, não é do silêncio em sua qualidade física que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante. O silêncio de que falamos é o que instala o limiar do sentido. O silêncio físico não nos interessa, assim como, para o linguista, o ruído como matéria física não se coloca como objeto de reflexão.

Portanto, se estamos falando do silêncio como sentido, ainda mais do silêncio humano, não podemos deixar de refletir sobre uma relação entre sujeito e silêncio, pois, para a construção do discurso, o sujeito obrigatoriamente irá estabelecer um laço com o silêncio.

Assim, em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que essa relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando (Orlandi, 2007c, p. 69).

O sujeito enunciador, se constitui da significação, tendo em vista que o seu discurso irá sempre estar filiado a uma determinada formação discursiva e representando uma ideologia alinhada à essa FD. Então, no funcionamento da argumentação que constitui esse discurso, serão produzidos diferentes efeitos de sentido, o sujeito necessariamente irá estabelecer uma relação com o silêncio, que pode ser em certos momentos escolhido como uma estratégia, por isso entraremos no campo do silêncio político.

No que se refere à política do silêncio, Orlandi (2007c) diz que ela é definida pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos a possibilidade de outros sentidos, que não são desejados naquela situação discursiva em específico. Ou seja, o sujeito não se identifica com uma formação discursiva, porque já está inserido em outra. Assim, o que irá distinguir o silêncio fundador, do qual, estávamos falando e a política do silêncio, é o fato de que a segunda produz um delineamento entre o que é dito e o que não é dito, e o silêncio fundador não faz nenhum tipo de divisão, ele apenas significa por si mesmo.

Então, o que concluímos é que, dentro da política do silêncio, ou melhor, podemos chamar de silêncio político, o intuito é que, ao dizer alguma coisa, justamente não permita que outra coisa seja dita. E assim, o não dito é simplesmente apagado, com isso são apagados também os sentidos que se quer evitar. Conforme Orlandi (2007c, p. 74): “É nesse nível que funciona a “forclusão” do sentido, o silêncio constitutivo, ou seja, o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer”.

Como parte da política do silêncio, nós temos o silêncio local, que, de acordo com Orlandi (2007c), representa a proibição ou a interdição do dizer, e uma estratégia política alinhada a esse silêncio local é a *censura*, na qual são utilizados processos relevantes do silêncio.

Dentro da retórica da opressão (Orlandi, 2007c), sabemos que o papel da censura é justamente proibir determinadas palavras, para que os seus sentidos sejam assim proibidos. Não há nada de novo nisso.

No entanto, há um aspecto interessante a observar em relação a esse mecanismo da censura. Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proibem-se certas “posições” do sujeito (Orlandi, 2007c, p. 76).

Sendo assim, o sujeito está sendo impossibilitado de se inscrever em determinada formação discursiva, o que faz com que a constituição do sujeito seja afetada, como sujeito discursivo. No entanto, como o silêncio significa em si, é essa concepção aliada ao silêncio fundador que faz com que aquilo que não foi dito tenha um sentido. Orlandi (2007c, p. 85) diz:

A censura joga com o poder-dizer impondo um certo silêncio. Entretanto, como o silêncio significa em si, à “retórica da opressão” — que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos — responde a “retórica da resistência”, fazendo esse silêncio significar de outros modos.

Utilizaremos neste trabalho o termo “retórica de resistência”, levando em conta o que Orlandi postula em *As formas do silêncio* (2007c), para nos referirmos ao discurso replicado com oposição à uma retórica de opressão e também levaremos em consideração o que autora afirma em *Argumentação e análise de discurso* (2023), no qual ela aponta os discursos de resistência como uma forma de confronto e de não aceitação da “retórica dominante”. Por retórica, entendemos ser uma “técnica” de argumentação tal qual a definição clássica trazida por Orlandi (2023, p. 20), através da qual são desenvolvidas estratégias argumentativas para sustentar uma das posições: seja de opressão, seja de resistência.

Sendo assim, após refletirmos sobre o silêncio e compreender os seus modos de funcionamento, podemos afirmar que existem dois tipos diferentes de silenciamento, o primeiro ligado ao silêncio fundador que podemos chamar de silenciamento necessário, aquele que leva ao movimento da identidade e dos sentidos, aquele silenciamento que se faz necessário, para a significação e o segundo é o silêncio constitutivo, aquele que está relacionado à política do silêncio, ou seja, que estabelece as relações de força.

Com isso Orlandi (2007c) diz que a incompletude é uma propriedade do sujeito e do sentido e é essa incompletude, ou melhor dizendo, esse apagamento necessário, que permite o sentimento de identidade. Portanto existe um silenciamento necessário para a constituição do sujeito e do sentido. Assim:

A incompletude do sujeito pode ser compreendida como trabalho do silêncio. O sujeito tende a ser completo e, em sua demanda de completude, é o silêncio significativo que trabalha sua relação com as diferentes formações discursivas, fazendo funcionar a sua contradição constitutiva. Sua relação com o silêncio é a sua relação com a divisão e com o múltiplo (Orlandi, 2007c, p. 78).

Por outro lado, existe esse segundo tipo de silenciamento que traz consequências nos sentidos e nos processos de constituição do sujeito. O que conseguimos compreender sobre esse tipo de silenciamento é que ele tem como objetivo calar e apagar a voz do outro e também impossibilitar que os sentidos se mostrem através daquele discurso, que foi silenciado. O intuito desse apagamento é manter uma ideologia dominante, fazendo que outras Formações Discursivas (FD) sejam silenciadas, ainda mais, impedindo que o sujeito se inscreva no discurso a partir de determinada FD.

Essa estratégia de “apagamento” não é exclusiva da censura ou do tempo da ditadura militar, mas também é utilizada para a formulação de uma retórica fascista. De acordo com Fernandes (2022), as “pseudonotícias” e as *Fake News*, por exemplo, são estratégias políticas da retórica da opressão para silenciar o outro no debate político. Percebemos também que os sujeitos que praticam essa retórica, utilizam essas práticas discursivas para a composição dos seus discursos, bem como de acontecimentos externos ao que está sendo discutido, a fim de silenciar seu oponente político naquele debate, portanto, essas estratégias são perceptíveis no momento atual.

O discurso autoritário utiliza a injúria e as ofensas, com o objetivo de silenciar o sujeito e evitar os sentidos produzidos por ele e pela FD, na qual ele está filiado, sendo assim, o intuito dessa retórica da opressão é fazer com que se crie uma invisibilização da voz desse sujeito, pois ele precisará vir e explicar aquilo que foi disseminado por outros, trazendo, muitas vezes, dúvida sobre o que está sendo dito. Ou seja:

A ofensa seria uma espécie de ponto final na possibilidade de circulação dos efeitos de sentidos, um ponto final em uma polêmica, um cala boca dirigido ao outro. Daí que a formulação da ofensa, ao recortar do interdiscurso uma região de sentidos nos modos de desqualificar, produz um efeito autoritário, de silenciamento do outro (Mariani, 2023, p. 116-117).

Esse silenciamento relacionado à censura e à retórica da opressão não faz apenas uma divisão entre o dizer e o não-dizer, mas ele impede que o sujeito exerça o percurso de sua identidade que, para Orlandi (2007c), “resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido”.

Portanto, é a partir da presença dessa estratégia de silenciamento na composição do discurso de opressão que, segundo Mariani (2023), materializa o discurso autoritário. Através das ofensas e da injúria é que nasce o objetivo de nossa pesquisa que é analisar como as

mulheres-parlamentares reagem a essa retórica da opressão, tomando a posição da retórica da resistência para formular os seus discursos.

O silenciamento está amplamente relacionado com a questão da violência política de gênero e esses dois fatores estão ligados diretamente à baixa representação feminina nos espaços de poder e também às barreiras pelas quais as mulheres precisam enfrentar para que possam chegar a ocupar esses lugares. De acordo com Flávia Biroli (2018), as mulheres eleitas nos legislativos, são cerca de 10% dos parlamentares, mesmo as mulheres sendo mais da metade do eleitorado brasileiro, portanto o fato da subrepresentação das mulheres em cargos de poder é comprovada e é também um fato histórico. Os parlamentos foram por muitos anos vistos como espaços exclusivos dos homens, o que dificulta e, muitas vezes, acaba barrando a entrada das mulheres na política.

Justamente pelo fato de que os cargos políticos eram até então considerados “espaços masculinos” é que a presença de forma mais incisiva das mulheres na política acaba por causar um estranhamento em parte da sociedade que está alinhada à ideologia dominante.

Um deslocamento produzido no imaginário da/sobre a mulher ocorreu diante da emergência de espaços institucionais e de políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres, o que as levou a cargos políticos que eram até então ocupados exclusivamente por homens (Garcia; Lunkes, 2019, p. 1).

A partir do momento em que as mulheres começaram a ocupar esses espaços para que pudessem lutar pelos seus direitos e pensar em políticas públicas que atendessem às suas necessidades, começaram a despertar também um levante, que não as aceitavam nesses espaços, o que chamamos de violência política de gênero, a qual tem como objetivo manter limitada a participação feminina nos espaços de poder. Essa violência pode se apresentar em diversos níveis, abrangendo dimensões psicológicas, sexuais, morais e até físicas. O que precisamos compreender aqui é que a violência política de gênero almeja obstruir ou até mesmo barrar a atuação política feminina.

Na era da informação, os ataques desqualificados feitos presencialmente são ligados à divulgação massiva de imagens, manipulação, *fake news*, múltiplos caminhos com o objetivo de destruir. O núcleo central da violência política de gênero, seja qual for seu veículo, é desvalorizar a mulher, destruir sua imagem pública, minar a confiança que inspira nos demais, marcar publicamente sua vida familiar e sua existência com valores que rivalizam com grupos determinados e mesmo com o senso comum sobre os papéis que ela “deva” exercer como mulher. Tais práticas isoladas ou combinadas configuram-se como violência política de gênero (Rosário, 2021, p. 141).

Podemos perceber então que a violência política de gênero, ela é a tentativa de desqualificar as mulheres em relação à sua capacidade de fazer política e, para isso, são utilizados elementos de sua vida privada. As mulheres que desafiam as políticas patriarcais naturalizadas na sociedade de forma que as deixavam à margem, são atacadas e amplamente tidas como alvo da violência política de gênero.

Além de serem atacadas, em muitos momentos, as mulheres que praticam a retórica da resistência são silenciadas e interrompidas, ao invés do debate de ideias, aqueles que utilizam da retórica dominante (Orlandi, 2023) preferem roubar das mulheres o direito de apresentar argumentos, dentro dos espaços que lhes foram concedidos por direito. Para Orlandi (2023, p. 49): “ a estratégia argumentativa é a da destruição do outro. Transforma-o em inimigo e o aniquila. Trata-se, pois, de um processo de eliminação do outro, pela deslegitimação, pelo silenciamento, pela dessignificação”.

Ou seja, a Formação Discursiva ao qual essas mulheres estão alinhadas confronta a Formação Discursiva dominante, portanto seus oponentes políticos tem como objetivo obstruir a sua atuação política, utilizando do silenciamento e das ofensas que se relacionam, ou melhor, compõem a violência política de gênero.

O efeito da violência política é impedir mulheres de se candidatarem, é interferir no exercício de seus mandatos e, por fim desestimular, desanimar, encurtar, abreviar a carreira política feminina. Ou seja, é uma violência exercida antes, no início, durante e no fim de um mandato, a influir no ingresso na política, na permanência e na saída/desistência dela (Franco, 2021, p. 18).

É importante salientar que a violência política de gênero e tentativa de silenciamento, assim como as barreiras para o exercício de seus mandatos, não se apresentam do mesmo jeito em relação a todas as mulheres, ou todas as mulheres da política. Para Biroli (2018, p. 173): “Ainda que os obstáculos à participação política das mulheres sejam um problema em si, os efeitos dessa participação desigual não as atingem da mesma forma, podendo até preservar as posições vantajosas de algumas entre elas”.

Sendo assim, podemos dizer que as mulheres que se identificam com a mesma ideologia reproduzida pela retórica dominante, estão em um espaço de “privilégio” em relação às mulheres que praticam a retórica da resistência, elas se consideram “imunes” dessa violência, pois não se colocam em oposição à dominância, sendo assim não desafiam e ainda mantém a ideologia dominante. Fato que está ligado à posição-sujeito que essas mulheres assumem, que para Orlandi (1998, p.75) são lugares representados no discurso, ou seja, a

maneira como essas mulheres se inscrevem nos processos discursivos, é que vai dizer se elas assumem uma retórica de resistência ou se elas replicam a retórica dominante.

## 2.4 Corpo e gênero

Neste capítulo, inicialmente trataremos o conceito de corpo dentro da AD, mais especificamente, levando em conta a materialidade do sujeito. Podemos afirmar que, dentro dos processos discursivos, o corpo significa, pois é a materialidade do sujeito. A posição que o sujeito assume e como ele se inscreve no discurso, tem uma relação com o corpo, considerando que o conceito de corpo do qual falamos aqui, não é o corpo empírico, pois esse é apenas carne, mas sim o corpo discurso, o qual é interpelado pela ideologia e produz significação. Para Orlandi (2012, p. 85): “Enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um processo que é um processo de significação, onde trabalha a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso”.

Então, a interpelação do indivíduo em sujeito produz uma forma sujeito histórica com seu corpo. Ao nosso ver, o corpo é uma forma pungente da expressão da relação do sujeito com a sua marca identitária, que é aquilo que faz com que ele seja reconhecido ou identificado, dentro de uma determinada formação social. De acordo com Orlandi (2012), existe uma forma histórica e social do corpo, se for pensado o corpo do sujeito. A mesma autora (2012) faz também uma relação do conceito de corpo com o silêncio. Assim:

Já com a minha reflexão sobre o silêncio havia me dado conta dessa relação significativa entre o sujeito e seu corpo. Um sujeito pego em silêncio, muda imediatamente sua “postura” corporal. Um sujeito em silêncio se apresenta com um corpo que significa seu silêncio e se significa nesse silêncio (Orlandi, 2012, p. 85).

Considerando o foco deste trabalho, não podemos desvincular os conceitos de corpo e gênero, afinal, trataremos de mulheres-parlamentares, portanto, seus corpos já representam resistência por estarem ocupando um espaço de poder, então entraremos agora um pouco no conceito de gênero, alinhando-o com o que estamos falando sobre corpo.

Os conceitos de corpo e gênero andam juntos quando pensamos em corpos que causam estranhamento quando ocupam determinadas posições dentro da sociedade ou dentro de um processo discursivo, que é o que nos interessa aqui. Para Cassana (2021, p. 188):

Os sentidos sobre o corpo são produzidos em nossa sociedade de forma que o sujeito seja aceito pelo outro, seja incluído em determinado espaço social. Para isso, é preciso que o significado de corpo ecoe dentro de uma mesma formação discursiva,

ou seja, esteja em consonância com os sentidos produzidos dentro de determinado campo significativo. O corpo deve ser comparável, deve ser semelhante a outros corpos.

Quando falamos sobre corpos que são estranhos para uma determinada formação social, estamos de certo modo fazendo um paralelo com as noções de gênero, porque estamos falando que corpos precisam ser “comparáveis”, estamos falando de corpos dentro de um padrão pré-estipulado e, se formos entrar neste campo, corpos considerados dentro de um padrão são corpos que seguem uma lógica binarista dentro de uma dualidade “feminino e masculino”.

Para Butler ([1988] 2018), o gênero não é de maneira alguma uma identidade estável, ou seja, natural, assim como também não é local do qual procederam diferentes atos, muito pelo contrário, gênero dentro da perspectiva assumida por Butler, é um ato constitutivo, é uma identidade constituída de forma branda de acordo com o tempo.

No entanto, esses atos de constituição são performativos, ou seja, são uma série de atos repetidos, assim a identidade de gênero se institui a partir da repetição de atos performativos. Desse modo, o gênero é constituído por essa estilização do corpo, através de falas, movimentos e gestos, atribuindo uma sensação de gênero estabelecido, mas que se transforma. Então para Butler ([1988] 2018), existem práticas culturais impostas que são entendidas como femininas ou masculinas, o que a autora denomina como performatividade.

Devemos assim levar em conta todos os movimentos corporais e situações às quais são submetidos os corpos dos sujeitos, pois todas elas irão afetar a constituição do gênero.

Além disso, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente. Essa formulação desloca o conceito de gênero para além do domínio de um modelo substancial de identidade para um modelo que exige uma concepção de temporalidade social constituída (Butler, [1988] 2018, p. 3).

Portanto, sobre o que buscamos refletir aqui é a relação entre corpo e gênero e como esses conceitos afetam a sociedade, porque esses assuntos são incômodos dentro de determinadas esferas da sociedade, porém são aspectos que fazem parte da constituição dos sujeitos, pois a sua relação com o corpo afeta os processos discursivos.

Afinal, falaremos sobre mulheres, sobre corpos que causam incômodo, que causam estranhamento, diante da posição que ocupam e ainda mais, com a retórica que assumem, afinal estamos dentro de uma perspectiva de uma sociedade machista e patriarcal, que trata as mulheres, como corpos estranhos em determinados espaços sociais, os quais anteriormente

eram ocupados exclusivamente por homens e que ainda hoje, são majoritariamente ocupados por eles.

Sendo assim, é necessário falarmos sobre as noções de corpo e gênero, principalmente quando rompem com o estabilizado e contrariam o discurso dominante, para mostrar que a sua homogeneidade é uma ilusão.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Destacamos, neste primeiro momento, que os procedimentos metodológicos os quais fundamentaram a nossa pesquisa, estão relacionados com os preceitos da Análise de Discurso (AD), de vertente materialista. Para Orlandi (2007a), os procedimentos visam a compreensão dos processos discursivos e dos mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos. De acordo com a Análise de Discurso de vertente materialista, os modelos de análise não são pré-estabelecidos, mas partem de uma relação entre teoria e análise, após a construção de um dispositivo teórico-analítico, do qual sairão os conceitos que irão embasar a análise. Sendo assim,

[...] o foco da AD é, portanto, os processos históricos de produção de sentidos, o que inclui os objetos teóricos de três áreas do conhecimento: a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Língua, história e sujeito são deslocados de seus campos originais para ressignificar em outro campo, produzindo uma reconfiguração de suas fronteiras de saberes. (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 135).

Então, neste trabalho, propomos analisar o discurso de resistência de mulheres-parlamentares, frente à violência política de gênero. Com isso, através da AD, analisamos a relação entre sujeito, discurso, ideologia, resistência, argumentação, posição-sujeito, silenciamento, corpo e gênero, no intuito de compreender o funcionamento da argumentação no discurso dessas parlamentares, quais as estratégias usadas e qual o embasamento para compor a retórica da resistência, na qual estão inscritas. Assim sendo, para construirmos o nosso arquivo de pesquisa, obedecemos as seguintes etapas:

1º Definir o objeto de análise, 2º Delimitar o tema da pesquisa e as condições de produção no tempo e no espaço; 3º Construir o corpus discursivo (através das categorias de falta, excesso e estranhamento); 4º Construir o corpus discursivo (através das categorias de falta, excesso e estranhamento); 5º Recortar a(s) sequências discursivas(s) e articulá-las ao escopo teórico do dispositivo; 6º Descrever a estrutura, o funcionamento linguístico; e 7º Verificar a tensão entre a paráfrase e polissemia, relacionando-a ao funcionamento das formações discursivas, o dito e não-dito (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 148-149).

Dessa maneira, elaboramos o nosso *corpus* de pesquisa, o qual foi construído a partir da delimitação do tema da análise, seguindo o que propõe Orlandi (2007a): “A delimitação do corpus não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos”. Levamos em conta que todo o discurso se estabelece na relação com discursos anteriores e aponta para outro, visto que para a AD não existe um discurso fechado, mas um processo discursivo que é recortado e analisado em estados diferentes.

Assim sendo, foram coletados três vídeos do ano de 2023, que são encontrados no *YouTube* e no *Instagram*, nos quais aparecem as deputadas Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna em discussões com outros parlamentares em plenário.<sup>1</sup> Dois desses vídeos são recortados de sessões relativas à CPI do MST que ocorreu entre 18 de maio de 2023 e 14 de agosto 2023. O outro vídeo é relativo a uma sessão, na qual tratava a CPI dos Atos Antidemocráticos de 8 de janeiro, a qual ocorreu entre 25 de maio de 2023 e 20 de novembro de 2023. Após, realizamos a delimitação do nosso tema, através da análise dos vídeos em que as parlamentares aparecem reagindo a ofensas e às violências proferidas por seus colegas de parlamento, levando em consideração o nosso objetivo de analisar o funcionamento da retórica da resistência.

Em relação ao *corpus* de pesquisa selecionado, optamos por realizar dois recortes, previamente nomeados: Recorte 1: O silenciamento e as interrupções como um efeito da violência política de gênero; Recorte 2: Efeitos do discurso de opressão sobre o corpo da mulher-parlamentar e suas formas de resistência. O primeiro trata do silenciamento, das interrupções e dos argumentos utilizados para rebater um discurso composto por Fake News e ofensas. O segundo trata das questões de corpo e gênero, nas quais envolvem gordofobia, machismo, violência verbal, injúrias e ofensas. O objeto de análise a partir dos vídeos selecionados é a linguagem verbal, ou seja, analisaremos a fala das parlamentares em reação a violência política de gênero

Com isso, utilizamos os princípios da Análise de Discurso de vertente materialista no intuito de articular a análise dos discursos do sujeito-parlamentar-mulher com o aporte teórico para que seja possível compreender o funcionamento da argumentação na construção desses discursos, que estão inscritos na retórica da resistência, bem como compreender os efeitos de sentido provocados por essa retórica. Afinal, na AD não procuramos compreender um sentido verdadeiro, mas sim os efeitos de sentido produzidos a partir de sua materialidade. E é claro que esses discursos e os sentidos produzidos são constituídos pela ideologia, pois a língua em si, já funciona ideologicamente e em sua materialidade isso se apresenta.

---

<sup>1</sup> Os vídeos completos referentes as sessões da CPI do MST podem ser encontrados nos seguintes links: <https://www.youtube.com/watch?v=h2LD-LQ0hgg> e <https://www.youtube.com/watch?v=ddwOwYRkom8>.

## 4. AS ANÁLISES

Nesta seção, analisaremos os vídeos selecionados com as falas das mulheres-parlamentares em debate parlamentar em situações em que elas sofrem violência política de gênero e precisam formular um discurso de resistência contra os fatos ocorridos e a violência sofrida. No primeiro recorte, traremos dois vídeos, o primeiro vídeo é uma sessão na câmara, na qual a Deputada Federal Sâmia Bomfim é silenciada diversas vezes e o segundo vídeo é um embate no parlamento entre a Deputada Federal Fernanda Melchionna e outro deputado da casa que a interrompeu diversas vezes e proferiu ofensas contra a deputada. Neste recorte, buscaremos analisar como as mulheres-parlamentares reagem ao silenciamento e às interrupções, que nada mais são que um ato de violência política de gênero. Analisaremos então como são formulados esses discursos de resistência e quais estratégias são utilizadas nessa formulação, bem como o funcionamento da argumentação.

No segundo recorte, analisaremos um vídeo em que a Deputada Sâmia Bomfim sofre ataques de um colega parlamentar, que utiliza de injúrias e ofensas em referência ao corpo e ao estado mental da deputada. Neste recorte, o foco é analisar o funcionamento da argumentação, no discurso de resistência, quando o assunto é corpo e gênero, quando as ofensas destinadas a essas mulheres-parlamentares incidem nesses dois elementos. Levaremos em conta os sentidos produzidos por essas ofensas, as quais são direcionadas ao corpo e também pelo fato de serem mulheres e estarem nessa posição de parlamentar, impondo-se contra uma ideologia machista, a qual inferioriza esses sujeitos pelo seu corpo e pelo gênero.

### 4.1 O silenciamento e as interrupções como um efeito da violência política de gênero

Neste primeiro recorte, analisaremos vídeos em que as mulheres-parlamentares aparecem sendo interrompidas e até mesmo silenciadas, durante sessão na câmara dos deputados. O que analisaremos é o discurso de resistência dessas parlamentares perante essas tentativas de obstrução do exercício de suas atribuições como parlamentares eleitas.

O primeiro vídeo que analisaremos, nesse primeiro recorte, trata-se de uma sessão na câmara no dia 31 de maio de 2023, na qual estava em debate a <sup>2</sup>CPI do MST, a qual teve duração do dia 18 de maio de 2023 até o dia 14 de agosto de 2023 e tinha como relator, o

---

<sup>2</sup> As informações sobre a CPI do MST, sobre o prazo de funcionamento da CPI e as datas das sessões foram retiradas do site da câmara dos deputados:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/57a-legislatura/cpi-sobre-o-movimento-dos-trabalhadores-sem-terra-mst>.

então deputado federal e ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. As sessões referentes a essa CPI, ocorriam no turno da tarde, preferencialmente nas terças-feiras e quartas-feiras. O relator afirmava que o objetivo desta CPI era mostrar que existe lei no Brasil para proteger a propriedade privada. Mas, durante o período em que durou essa CPI, podemos observar que a intenção era tentar desestabilizar o atual governo e também atacar setores da esquerda ao retratar os trabalhadores sem-terra como criminosos. Nesse vídeo, veremos então um embate entre a Deputada Federal Sâmia Bomfim do PSOL/SP e os deputados bolsonaristas Tenente Coronel Zucco PL/RS e Ricardo Salles PL/SP. Focaremos, então, nas interrupções sofridas pela deputada durante a sua fala, o que caracterizamos como violência política de gênero, já que o objetivo é impedir a atuação política de uma mulher.



Figura 1: Legenda - Vídeo 1: Sâmia Bomfim tem microfone cortado na CPI do MST.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f7nFlXqmJZc>

No início do vídeo, observamos que a deputada está formulando uma questão de ordem, que é um instrumento utilizado pelos deputados para resolver dúvidas referentes ao Regimento ou à Constituição Federal. Neste caso, a parlamentar está lendo alguns artigos do Regimento interno da câmara e relacionando com a Constituição para que, a partir deles, ela possa formular a sua questão, porém antes que ela consiga concluir, é interrompida por Salles, que alega que o que ela está citando não estaria relacionado com o objeto de discussão da sessão. Quando Sâmia Bomfim vai realizar a sua pergunta, é possível escutar um outro deputado dizendo “só pra enrolar, presidente, só pra enrolar” e, na sequência, ela tem o seu microfone cortado pelo presidente da comissão Tenente Coronel Zucco PL/RS que alega que sua fala está sendo “protelatória”, ou seja, reafirma, em termos mais formais, o comentário do outro deputado.

O presidente afirma que as questões de ordem são protelatórias, sendo que a deputada nem sequer foi ouvida, ela foi interrompida e não teve a chance de formular a sua questão de

ordem, o motivo de afirmar que ela está querendo prolongar a questão, deixa claro a falta de interesse em ouvir o que Sâmia tem para contribuir com a sessão, desse modo, ele a desqualifica como parlamentar. E para além disso, mostra o seu autoritarismo ao silenciar uma mulher, por sua posição política que é contrária a dele, ou seja, o objetivo é calar os argumentos que ela possa apresentar e vão contra a posição dele.

O que vemos nesse trecho certamente se configura como violência política de gênero, pois a política deveria ser construída a partir do debate de ideias, e não por meio de interrupções e do autoritarismo que são apresentados nesse vídeo. Observamos então, uma clara tentativa de roubar de uma mulher o direito de apresentar argumentos, simplesmente por não concordar com o que está sendo dito e em termos discursivos, por não partilhar da mesma FD.

Após esse momento, a deputada não aceita ser silenciada e recebe o apoio de outras deputadas colegas de bancada, que juntamente com ela começam a protestar, através de gritos, contra o que estava acontecendo na sessão, aos gritos Sâmia Bomfim e outras deputadas falam que “as diligências estão na pauta da sessão de hoje”, ou seja, ela estava dentro do assunto da pauta, mas mesmo assim foi interrompida. Neste momento, o grito serve como denúncia à tentativa de silenciamento e de interferência no exercício parlamentar da deputada, dessa forma ela retoma a palavra para si, mesmo que com o microfone cortado.

Para Modesto (2018): “o grito como denúncia e acusação, passa a ser uma materialidade significativa atravessada por um processo de interpelação que provoca diferentes posições e diferentes processos de identificação”. O que relacionamos com o fato de que Bomfim está tentando evidenciar a violência que está sofrendo, afinal ela está sendo impedida de exercer a sua função como parlamentar da casa e está sendo hostilizada por outros deputados, portanto a única forma encontrada para se fazer ouvir é através do grito como forma de denúncia e de protesto.

Sâmia Bomfim, na sequência, grita novamente para ser ouvida, já que seu microfone permanece cortado: “tem um inquérito contra o senhor na PGR por cortar o microfone de deputadas e o senhor dá provas contra o senhor, neste inquérito que está aberto”. A partir disso, conseguimos perceber que a parlamentar em questão estrutura seus argumentos em torno das leis e regras parlamentares, fundamentando sua prática discursiva conforme a legitimação de seu lugar de parlamentar e fornecendo informações sobre inquérito em aberto contra Zucco e ele continua praticando o mesmo ato, que nada mais é do que silenciar as mulheres-parlamentares.

Para Orlandi (2007c), o silêncio local representa a proibição ou a interdição do dizer, é o que vemos nesse caso, quando a deputada têm o seu microfone cortado o seu dizer está sendo proibido e junto com ele estão sendo apagados outros sentidos, que, nesse caso não são desejados por aqueles que a silenciam, já que esses sujeitos não se identificam com essa FD, porque já estão alinhados a outra.

Em seguida, a deputada tem o seu microfone restabelecido e tenta fazer a sua pergunta, mas novamente tem o microfone cortado e o presidente da CPI diz que ela deve recorrer ao presidente da casa, com um tom alterado e em forma de deboche. Ele ainda repete “deputada recorra, deputada recorra, deputada recorra” e ela continua reclamando com seu microfone cortado, nesse trecho vemos que a deputada formula seu discurso de resistência a partir de gritos e da sua insistência em falar mesmo com o microfone cortado, já que ela não tem a oportunidade de apresentar argumentos e formular um discurso que rebata o que está sendo dito pelo presidente da CPI.

Nitidamente o que vemos são homens que não tratam as mulheres-parlamentares como iguais, mas sim tentam a todo momento enquadrá-las como inferiores, mesmo quando elas estão ocupando posições semelhantes/equivalentes de poder. Mariani (2023) diz que: “ao recortar do interdiscurso uma região de sentidos nos modos de desqualificar, produz um efeito autoritário, de silenciamento do outro”. É o que presenciamos neste vídeo, quando a parlamentar está reivindicando o seu direito de fala, o qual lhe foi roubado mais de uma vez durante pouco tempo e é tratada com autoritarismo e desprezo.

No final do vídeo, é possível ouvir que Sâmia Bomfim tem o seu microfone ligado e ela traz argumentos concisos em relação ao que está acontecendo com ela: “você não ouviu a minha questão de ordem para poder indeferi-la, eu estava lendo os artigos do regimento que embasam a minha questão de ordem”, ou seja, ela possui um embasamento por trás do seu discurso, o qual não se sustenta apenas pela relação com o discurso que ela como sujeito enunciador produz e da posição-sujeito que assume, mas sim é construído de acordo com a posição que ela ocupa, que é de parlamentar e é seu dever estar alinhada ao regimento interno da casa, mas o presidente da CPI não permite que Sâmia Bomfim apresente os seus argumentos. Para Orlandi (2023), essa estratégia argumentativa é da destruição do outro, é um processo de deslegitimação.

A partir do que analisamos até aqui, podemos ver essa relação de força e de poder que são ressaltadas nos embates políticos e nos confrontos ideológicos, nos quais ocorre uma divisão de sentidos. Segundo Orlandi (2023) é na argumentação que o sujeito busca sustentar a sua posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva em face a outras. Ou seja, quando

vemos o discurso desses parlamentares que atacam a Deputada Sâmia Bomfim e analisamos a estratégia de argumentação utilizadas por eles que fazem parte de uma retórica opressora Orlandi (2007c) e colocamos em contraponto com os argumentos consistentes utilizados pela parlamentar quando não se deixa intimidar pelas tentativas de silenciamento, formulando uma retórica de resistência, percebemos que tanto um quanto o outro estão utilizando a argumentação para reafirmar a sua posição, mesmo que sejam estratégias argumentativas diferentes.

No segundo vídeo que analisaremos aqui, continuaremos a partir da perspectiva apresentada na análise do vídeo anterior, no qual veremos novamente, uma mulher-parlamentar ser interrompida e precisar usar como estratégia de argumentação o grito ou nível elevado da voz, pois está sendo interrompida e impedida de utilizar o seu momento de fala. O vídeo que analisaremos consiste em um vídeo curto que foi publicado no *Instagram*, no qual aparece a Deputada Federal Fernanda Melchionna do PSOL/RS falando durante uma sessão e é interrompida e atacada pelo Deputado Federal Éder Mauro do PL/PA. Esse vídeo é relativo a uma sessão da CPI dos Atos Antidemocráticos de 08 de janeiro.



Figura 2: Legenda - Vídeo 2: Fernanda Melchionna é interrompida e ofendida por Éder Mauro e reage.

Disponível em: <https://www.instagram.com/fernandapsol/reel/Cy1giIeuMom/>

No início do vídeo analisado, conseguimos perceber que a deputada já estava falando quando iniciou a gravação e ela já se dirigia ao deputado com um tom de voz alto, o que fica

evidente que, durante a exposição de Melchionna, ela havia sido interrompida pelo colega de parlamento. No início do vídeo, de forma incisiva ela afirma “tu não quer falar dos golpistas do 8 de janeiro, tu não quer falar dos resultados da CPI”, nesse primeiro momento podemos ver que os argumentos da parlamentar são estruturados de acordo com o a sua posição, com a sua função no exercício de seu mandato e com o que está sendo debatido na sessão: a CPI dos atos golpistas.

No entanto, Fernanda Melchionna segue sendo interrompida por Éder Mauro que a ataca de forma machista: “A deputada está um pouco alterada, seu presidente, não é o caso de chamar um médico”. Quando o parlamentar afirma isso sobre Fernanda Melchionna, vemos que ele reproduz uma questão que está no imaginário social, cujo o argumento é o da “mulher louca” ou “mulher histérica”, no qual a mulher não pode se posicionar de maneira firme e incisiva que é caracterizada como alterada ou descontrolada e que precisaria de remédios ou de um médico para se conter. Para Garcia e Lunkes (2019), os discursos sobre a mulher no poder ainda se sustentam sobre a histeria ou a mulher histérica. Esse tipo de discurso se caracteriza como injúria, como uma estratégia de argumentação do discurso autoritário e machista para desqualificar uma mulher e defini-la como incapaz de exercer as suas funções, nesse caso para as quais foi eleita democraticamente para exercer, por estar supostamente “alterada”.

A deputada, na sequência, não se cala diante do desrespeito e das interrupções que sofreu e diz: “tu deixa de ser machista, tu deixa de ser machista, eu não vou aceitar, eu não vou aceitar de novo a tentativa de dizer que mulheres quando fazem a sua intervenção firme são alteradas”. Nesse trecho, podemos ver que a deputada formula seu discurso de maneira a resistir ao imaginário de "mulher louca/histérica", deixando claro que ele está sendo machista e está desrespeitando, não elas somente, mas todas as mulheres que se posicionam e são classificadas como alteradas, quando ela fala que não vai aceitar “de novo a tentativa de dizer que mulheres são alteradas” é porque isso que foi reproduzido pelo deputado não é uma afirmação isolada, mas é uma expressão ideologicamente marcada e que está presente no imaginário da sociedade.

Enquanto Melchionna está falando, o deputado bolsonarista continua interrompendo-a e solicitando ao presidente da sessão que lhe conceda o tempo de fala. Nesse momento, começa uma troca de ofensas entre os dois, ele afirma novamente “a senhora está um pouco alterada deputada” e ela diz “eu sei que tu te vangloria em ser bandido”, aqui podemos ver que a deputada busca ser ouvida, ela precisa apropriar-se da discursividade da ofensa para chamar a atenção e, finalmente, ser ouvida e, constituir o seu discurso de resistência, para que

assim ela consiga mostrar a sua revolta com tamanho desrespeito que está sofrendo. Para Fernandes (2021): “ao resistir, o sujeito marca na linguagem sua contradição e seus dilemas resultante da revolta instalada por certas desidentificações”. É o que vemos nesse trecho, a parlamentar acaba utilizando de uma estratégia de argumentação parecida com a do seu adversário político, pois é assim, através da linguagem que ela evidencia o confronto ideológico existente entre eles.

Após esse momento, eles continuam discutindo, mas não é um embate de ideias e sim xingamentos e ofensas. Enquanto a deputada reafirma “o senhor me respeite” e “o senhor está me desrespeitando”, ele afirma “como você não para de falar, eu tô pedindo para que o presidente me dê a palavra para que eu possa falar do seu presidente, para dizer que vocês são a favor da droga”, o que fica claro aqui é que nenhum dos dois tem o intuito de ouvir o outro, mas sim de ofender para calar o outro, quando o deputado diz que quer o momento de fala para “falar do teu presidente” e “dizer que vocês são a favor da droga” percebemos que ele não quer entrar no campo do diálogo ou do debate de ideias, mas sim que ele quer utilizar o tempo de fala para ofender e atacar os seus adversários políticos. Porém a deputada, ao invés de se calar, aumenta o seu tom de voz e demonstra que não está disposta a ceder. Para Mariani (2023), quem ofende não pratica do ato de escutar, neste sentido, o outro, significado como inimigo, precisa ser banido, por causa de suas ideias e de sua posição, ou seja, eles não compactuam da mesma ideologia e, nesse caso, da mesma forma de fazer política e, por esse motivo, o outro precisa ser rejeitado a partir de certas palavras.

Através de algumas palavras e expressões usadas durante o vídeo, tanto pelo deputado bolsonarista que está atacando a deputada do PSOL, quanto por ela própria, como por exemplo “bandido” que é proferida por Fernanda Melchionna e “alterada”, “vocês são a favor da droga”, entre outras, que partem de Éder Mauro, fica notável essa questão de que eles querem “banir” o outro com essas ofensas e esses xingamentos. Mariani (2023) afirma: “um modo de interromper a divisão dos sentidos no interior do político, objetiva-se desqualificar o outro, silenciar a alteridade.”, isto é, eles impõem a sua posição ideologicamente marcada em relação ao outro e a posição dele.

Todas essas palavras, até mesmo os gritos utilizados pela deputada para que se faça ser ouvida, consistem em estratégias argumentativas para compor o seu discurso, no caso do deputado ele constitui um discurso autoritário e opressor, o qual tem como objetivo silenciar e ofender uma mulher, já a deputada Fernanda Melchionna formula um discurso de resistência diante as interrupções sofridas e por horas utiliza de estratégias semelhantes às utilizadas pelo deputado, pois é a única maneira de ser ouvida. Para Orlandi (2023): “argumentar, é sustentar

sentidos em um processo de significação. E essa sustentação se estrutura ideologicamente em uma formação discursiva (e não outra).” Sendo assim, identificamos nos discursos dos dois parlamentares um confronto ideológico, pois mesmo que eles utilizem em alguns momentos estratégias parecidas, os seus argumentos não são os mesmos, pois eles estão alinhados a FDs diferentes.

Após o momento de discussão entre os deputados, o vídeo apresenta um corte e, na sequência, mostra Fernanda Melchionna discursando e expondo que “não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez e nem a décima vez” que o deputado Éder Mauro desrespeita as parlamentares mulheres. Portanto, nos fica explícito que a agressividade do deputado e tentativa de silenciar e intimidar as deputadas, não é um fato isolado. Em seguida ela afirma: “uma vez na comissão de constituição e justiça ele chegou a dizer que eu não acordaria no dia seguinte”. Bom, a partir desse trecho, retomamos o que já havíamos falado sobre os conceitos de violência política de gênero, a violência e a opressão, são construídas das mais variadas formas e, algumas delas são exatamente as que presenciamos nesse vídeo analisado: as ameaças e tentativas de intimidação, os ataques e tentativas de desqualificação da mulher, entre tantas outras formas como o sexismo e a violência psicológica. As mulheres-parlamentares enfrentam batalhas duras para conseguir se eleger e, após eleitas, continuam sendo alvos das tentativas de silenciamento e até mesmo de impedimento da sua presença pública nesses espaços que eram tradicionalmente ocupados por homens. As ameaças de Éder Mauro escancaram esse caráter opressor, que tem por objetivo calar a voz das mulheres e as lutas, as quais elas representam.

Outro ponto que destacaremos desse vídeo é quando a deputada fala: “protagonizados por esse chorume do bolsonarismo, que é o que tu representa, esse baixo claro da extrema direita”. Aqui as expressões utilizadas por ela possuem o claro objetivo de atribuir uma conotação pejorativa aos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, os quais representam uma retórica opressora, autoritária e agressiva, a qual a deputada discorda totalmente e tem como objetivo banir os sentidos por ela produzidos. Desse modo, essas expressões e palavras utilizadas fazem parte da argumentação que compõem a retórica da resistência, para Orlandi (2023): “ No confronto ideológico, confrontam-se interpretações. Disputa de sentidos. Deslocamento. Isso é argumentação”.

Sendo assim, a argumentação funciona a partir dos confrontos ideológicos, formando então uma guerra de sentidos, produzidos pelas diferentes formações discursivas. E, para isso, os sujeitos discursivos utilizam de diferentes estratégias, mas, muitas vezes, também utilizam de estratégias parecidas. Como por exemplo o silêncio, embora ele seja utilizado amplamente

por aqueles que reproduzem a retórica opressora, não é uma estratégia exclusiva deste. Para Orlandi (2007c), o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominância (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). Logo, as estratégias não são únicas de um tipo de discurso, elas podem ser utilizadas em ambos, assim como o silêncio, as palavras de baixo calão ou de cunho ofensivo e os gritos podem também ser utilizados para a composição de uma retórica de resistência, como presenciamos nas análises dessa seção, ou seja, são as mesmas estratégias de sustentação do dizer para discursos opostos.

#### **4.2 Efeitos do discurso de opressão sobre o corpo da mulher-parlamentar e suas formas de resistência**

Neste segundo recorte, o enfoque será analisar um vídeo no qual aparece o sujeito-mulher-parlamentar em sessão na câmara dos deputados respondendo a discursos e ofensas direcionados ao corpo e com relação ao gênero. Utilizaremos os preceitos da AD de vertente materialista para compreender os efeitos de sentido sobre o corpo enquanto materialidade significativa.

O vídeo a ser analisado nesta seção é também um vídeo sobre a CPI do MST, em sessão ocorrida no dia 03 de agosto de 2023, no qual temos novamente um embate entre a Deputada Federal Sâmia Bomfim e o presidente da CPI, o Deputado Federal Tenente Coronel Zucco. Neste recorte, analisaremos um vídeo que foi publicado no *Instagram*, pelo jornal Brasil de Fato. O conteúdo presente nesse vídeo serviu para que posteriormente Sâmia Bomfim acionasse o STF contra Zucco acusando-o de ter proferido “falas gordofóbicas”. Portanto, iremos observar os efeitos de sentido da fala do presidente da CPI e analisar como a deputada se posiciona perante o ocorrido, quais argumentos ela utilizará e como irá formular um discurso de resistência perante à violência sofrida.



Figura 3: Legenda - Vídeo 3: Sãmia Bomfim sofre gordofobia na CPI do MST e reage.

Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvfXv8EsJTU/>

Começaremos então essa análise com a fala do deputado do PL que consiste em: “tá nervosa deputada? Quer um remédio? ou quer um hambúrguer?”. Nesse curto trecho, podemos ver diversos aspectos da violência política de gênero, pois temos um discurso machista, com teor gordofóbico, além de ser construído com base em ofensa e deboche para assim deslegitimar a atuação política de uma colega de parlamento. Na fala de Zucco, percebemos também algo que já havíamos destacado nas análises anteriores que é quando uma mulher se impõe e utiliza o seu espaço de fala e de autoridade para reivindicar os seus direitos e argumentar a favor das bandeiras as quais defende, essa mulher é considerada “alterada”, “nervosa” ou até mesmo “louca”.

Quando o presidente da CPI afirma que Sãmia Bomfim está nervosa e sugere “maneiras” para ela se acalmar, ele cita que ela deveria “tomar um remédio”, o que no sentido posto dessa discussão podemos supor que seria um calmante, ou seja, quando ele afirma que a deputada está nervosa, precisa se acalmar e precisa de um remédio, ele está mais uma vez utilizando argumentos machistas para colocá-la na posição de “louca” ou “descontrolada” para que ele possa assim invalidar os seus argumentos, através de ofensas.

Além do conteúdo dessa fala, precisamos atentar para a maneira como é dito, na forma de deboche, de ironia, com o claro intuito de desmerecer a adversária política. Para Mariani (2023), o discurso autoritário naturaliza o ato de ofender (ou desmerecer, debochar, ironizar, desdizer) o que o outro significa ou pensa. É isso que nos é apresentado nessa curta fala do

deputado Zucco, o intuito é claro, ele tem como objetivo ridicularizar a deputada, através dessa fala de forma irônica e debochada, utilizando de questões comportamentais para macular a sua conduta como uma pessoa descontrolada, até mesmo para tentar evidenciar que esse tipo de comportamento da parlamentar não seria o ideal para aquele espaço.

Outro ponto questionável da fala do deputado é o fato de ele oferecer “um hambúrguer” à sua colega parlamentar, essa fala pode ser considerada gordofóbica, pois com ela, ele insinua que a deputada está acima do peso, obviamente essa ofensa incide no corpo dela, pois o deputado utiliza a desqualificação pessoal para tentar ofender a deputada. Obviamente, em um debate de ideias, o corpo do sujeito não deveria ser pauta, mas dentro de um discurso autoritário essas estratégias serão utilizadas para questionar a sua capacidade de fazer política. O deputado em questão, ao invés de se ater ao que está sendo debatido em plenário, se apropria desse autoritarismo para atacar a sua adversária. Mariani (2023) afirma em relação a candidatas femininas que as ofensas contra elas são dirigidas ao corpo, detalhes da aparência, cor, origem a fim de se fazer uma depreciação da sua capacidade de fazer política. Ao que vimos aqui, após a sua eleição, esse tipo de ofensa se perpetua, os ataques às parlamentares-mulheres quase sempre incidem no seu corpo e na sua capacidade de exercer o seu mandato.

Sabemos que esse estranhamento dos parlamentares-homens, quando uma mulher se manifesta de maneira incisiva e não aceita ser desrespeitada, está amplamente relacionado com a ideologia patriarcal sobre a qual estão assujeitados, pois para grande parte da sociedade o lugar dessas mulheres não seria em uma posição de poder, tomando decisões e se impondo. O corpo em si dessas mulheres já causa estranhamento por estarem nessa posição, mas não falamos aqui do corpo empírico, levamos em consideração a materialidade do sujeito, na qual para Orlandi (2012) o corpo significa. A autora também afirma que só é considerado um *corpodiscurso* quando é interpelado, é o que vemos na análise desse vídeo, quando as ofensas incidem no corpo da parlamentar, o corpo produz sentidos a partir de uma formação discursiva que o interpela através de ofensas.

A partir do que foi exposto, propomos uma reflexão em relação ao conteúdo da fala do parlamentar. Esse discurso seria o mesmo se o adversário político de Zucco fosse um homem? As ofensas seriam direcionadas ao corpo, ou seria feita uma desqualificação pessoal, seria colocada em questão a capacidade de fazer política, como foi feito com Sâmia Bomfim? Supomos que não, o fato dela ser mulher, de alguma forma torna isso mais fácil para o opressor, esse tipo de discurso é sempre amplamente disseminado contra as mulheres, tentando colocá-las como inferiores se postas em comparação aos homens.

Após a fala do deputado Zucco, Sâmia Bomfim e outras deputadas do PSOL questionam, as ofensas proferidas pelo presidente da CPI. E o deputado afirma que não desrespeitou a deputada Sâmia Bomfim e que seria ela sempre a atacá-lo. A partir disso, então, a parlamentar formula a sua resposta ao deputado. E ela afirma: “Presidente, não é verdade que o senhor nunca foi indecoroso ou nunca foi desrespeitoso comigo e com as demais parlamentares dessa comissão. E isso não sou eu que afirmo, mas é a Procuradoria Geral da República, que, nesse momento, tem um inquérito aberto para apurar a conduta de vossa excelência e também do relator dessa edil CPI a respeito das interrupções e agressões”. Conseguimos identificar que, neste primeiro momento, a deputada constrói o seu discurso com base em fatos e de acordo com o regimento da casa, pois ela retoma o que já vimos nesse texto, na seção anterior, que as interrupções e os ataques por parte do presidente da CPI não são um caso isolado e que por esse motivo já existe um inquérito contra ele na PGR.

A parlamentar faz questão de evidenciar que não é um caso isolado, mas sim algo que é recorrente, tanto que está com inquérito aberto na PGR. Então, observamos que a deputada retoma os acontecimentos anteriores para reafirmar a sua posição e a veracidade daquilo que ela está afirmando. De acordo com Zoppi-Fontana e Oliveira (2016), a argumentação está determinada pelo interdiscurso. A posição do sujeito, a posição de onde se fala é o argumento decisivo. Assim sendo, a deputada reafirma a sua posição como parlamentar que está fazendo o seu papel, está questionando, está cobrando e, muitas vezes, está sendo impedida de exercer o seu mandato de maneira plena ou está sendo atacada por não ceder à pressão política de seus adversários, com esse discurso de resistência à dominância imposta por eles, a argumentação serve para consolidar a posição do sujeito.

Na sequência, em algumas expressões utilizadas pela deputada Sâmia Bomfim como em “sinto muito se o senhor está nervoso no dia de hoje”, podemos observar que ela utiliza da ironia e do deboche para rebater a fala do deputado, tendo em vista que, quando ela diz isso, ela está justamente retomando o que ele havia dito para ela, a deputada faz uma referência ao enunciado anteriormente produzido pelo presidente da CPI, que sugere que ela se acalme. Já mencionamos anteriormente que, muitas vezes, o discurso de resistência utiliza estratégias de argumentação parecidas com a do discurso autoritário, muitas vezes, essa é a única forma encontrada por esses sujeitos de se fazerem ser ouvidos. Podemos aqui retomar o conceito do político na AD que vamos entender ainda melhor o papel da argumentação nesse caso. Orlandi (1996) denomina o político como “o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição”, ou seja, aqui temos os sentidos representados por um discurso dominante e opressor, que

representa uma marca na história da sociedade que apresenta uma concepção patriarcal, machista e sexista em relação à mulher e a sua atuação política e em contraponto temos um discurso de resistência que visa romper com esses paradigmas e dar voz àquelas que sempre são silenciadas e atacadas.

## 5. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar e compreender o funcionamento da argumentação no discurso de resistência de mulheres-parlamentares contra a violência política de gênero, bem como, quais são as estratégias de argumentação utilizadas por elas quando assumem essa retórica de resistência. Ao analisarmos esses discursos, precisamos considerar as suas condições de produção, isto é, se existe resistência é porque existe dominação, essas parlamentares precisam resistir a uma retórica opressora e autoritária que tenta a todo momento desqualificá-las, é assim que se constrói a retórica da resistência.

Evidenciamos durante a pesquisa que, mesmo que a presença das mulheres na política nos últimos tempos tenha ganhado mais espaço, ainda é mínima e quando elas conseguem chegar lá, a sua atuação é dificultada e, muitas vezes, barrada e interrompida. A urgência em resistir se dá pelo fato de que a todo momento as mulheres são atacadas, pelo simples fato de existirem, pelo fato de estarem cumprindo o seu papel, nesse caso como parlamentares e não estarem se curvando diante de uma ideologia dominante, a qual considera que os lugares de tomadas de decisão, ou melhor, os lugares de poder, não são para as mulheres, mas sim exclusivamente para os homens.

Conseguimos perceber, durante as análises realizadas nessa pesquisa, que existe por parte da formação discursiva opressora uma grande tentativa e um objetivo claro de calar as parlamentares-mulheres, de calar os sentidos produzidos pelos seus discursos de resistência. Sendo irônico essa ocorrência, já que elas foram eleitas, justamente para isso, para falar. Já que o ato de “parlamentar” quer dizer precisamente isso: realizar acordos, negociações, conversas. No entanto, quando essas deputadas tentam desempenhar o seu papel e cumprir com os seus deveres para os quais foram eleitas, elas são silenciadas. Algo inadmissível, tendo em vista que tal ato é próprio da função desse sujeito, mas, ainda assim, ele é privado de realizá-lo.

Durante as análises, observamos também que, durante a formulação dos seus discursos, as parlamentares, tentam revidar o discurso autoritário e opressor se valendo de uma linguagem própria do parlamento e utilizando termos próprios do jargão parlamentar, porém são repreendidas, hostilizadas, silenciadas e ofendidas e acabam, muitas vezes, precisando utilizar de estratégias semelhantes às do discurso autoritário para que, assim, sejam ouvidas. O que difere esses discursos é que o de resistência, vem após o ataque, essas parlamentares são atacadas constantemente, o que faz com que elas precisem revidar, ou melhor, resistir. E para isso, muitas vezes, precisam utilizar de gritos, ironias e palavras de

baixo calção. Outras vezes elas nem precisam utilizar dessas estratégias, mas acabam utilizando mesmo assim, pois essas estratégias já fazem parte da enunciação nesse espaço e essas deputadas acabam entrando no “jogo do parlamento”.

Portanto, analisamos as falas das parlamentares-mulheres na perspectiva de sujeito discursivo, tendo em conta as condições de produção dos sentidos. Para tanto, analisamos as reações discursivas dessas deputadas diante de práticas discursivas como: injúrias, ofensas, machismo, gordofobia e silenciamento. E assim conseguimos perceber o funcionamento argumentativo da retórica de resistência praticada pelo sujeito-parlamentar-mulher, percebendo então as estratégias utilizadas em sua composição e também que essa prática discursiva não segue um padrão, pois nem sempre serão discursos compostos por argumentos bem fundamentados, utilizando somente como base o regimento da casa parlamentar, mas também podem ser compostos por gritos, xingamentos, ironias e ofensas. Inclusive, cabe ressaltar que essas estratégias são bastante utilizadas no discurso digital, pois é uma estratégia argumentativa que gera engajamento e é massivamente compartilhada.

Sendo assim, observamos a constituição desse sujeito que tem como objetivo reagir à violência política de gênero e, para isso, utiliza de estratégias diversas, pois precisa se adequar às condições de produção e também às estratégias do discurso dominante, para então resistir.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, Judith. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. Chão da Feira, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018.

CASSANA, Mônica Ferreira. A fragmentação constitutiva dos sujeitos em documentário: Discursos de incômodo e resistência. In: SILVA, Dalexon Sérgio da; SILVA, Claudemir dos Santos (Orgs.). **Pêcheux em (dis)curso: entre o já dito e o novo. Uma homenagem à professora Nádia Azevedo**. Vol 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

FERNANDES, Carolina; VINHAS, Luciana. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: A problemática dos procedimentos metodológicos da análise do discurso. **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 19, n.1, 2019.

FERNANDES, Carolina. “Resistir pela opressão é preciso”: Uma análise sobre deslizamentos de sentidos na disputa pelo poder. In: SILVA, Dalexon Sérgio da; SILVA, Claudemir dos Santos (Orgs.). **Pêcheux em (dis)curso: entre o já dito e o novo. Uma homenagem à professora Nádia Azevedo**. Vol 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

FERNANDES, Carolina. As formas do silêncio na era da pós-verdade: mídia digital, pseudonotícias e fake news. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 25, n. esp., 2022, p. 256-271.

FERNANDES, Carolina; MARTINS, Larissa do Prado. Corpo, arte e discurso de resistência na performance Un violador en tu camino. In: FERNANDES, Carolina; DALTOÉ, Andréia da Silva; AIUB, Giovani Forgiarini (Orgs.). **Efeitos da presença de Freda Indursky na Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022.

FRANCO, Anielle. Liberdade é não ter medo. In: ÁVILA, Manuela d'. **SEMPRE FOI SOBRE NÓS: Relatos da violência política de gênero no Brasil**. Volume 1. Porto Alegre, RS: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

MARIANI, Bethânia. Língua de pedra: a ofensa (injúria e difamação) na discursividade política. **Leitura**. Maceió, v. 1, n.76, 2023. p.111-125.

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. **Littera Online**, São Luís, MA, n. 17, 2012, p. 124-143.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. Sobre o funcionamento do político na linguagem. **Língua e instrumentos linguísticos**, Campinas, SP, v.34, n.esp., 2014, p. 41-53.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 1, 1998, p. 73-81.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007a [1999].

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007b.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007c.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. Campinas, SP, Pontes, 2012. 239p.

ORLANDI, E. P. **Argumentação e Análise de Discurso: conceitos e análises**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2023.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Unicamp: Campinas, 1990. p. 7-24.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Campinas: Unicamp, 2009 [1975].

ROSÁRIO, Maria do. Violência política de gênero no singular e no plural. In: ÁVILA, Manuela d'. **SEMPRE FOI SOBRE NÓS: Relatos da violência política de gênero no Brasil**. Volume 1. Porto Alegre, RS: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graziela; OLIVEIRA, Sheila Elias de. Tá certo! Só que não... argumentação, enunciação, interdiscurso. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 123–155, 2016.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Argu(meme)ntando: argumentação, discurso digital emodosdedizer. In: PIRIS, Eduardo Lopes; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de (orgs.). **Discurso e argumentação: fotografias interdisciplinares** - v. 1. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 135-157.

### 6.1 Referências dos vídeos

BRASIL DE FATO. Machismo e gordofobia. Instagram, 03 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvfXv8EsJTU/>. Acesso em: 07 de junho de 2024.

MELCHIONNA, Fernanda. Mais um entre tantos casos de machismo protagonizados por aqueles que representam o chorume do bolsonarismo na Câmara. Instagram, 25 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/fernandapsol/reel/Cy1gjIeuMom/>. Acesso em: 07 de junho de 2024.

UOL. CPI do MST: Sâmia tem microfone cortado pela terceira vez: 'O senhor dá provas contra si'. Youtube, 31 de maio de 2023. 3min58s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f7nFlXqmJZc>. Acesso em: 07 de junho de 2024.